

AValiação DO DESEMPENHO COMERCIAL DO MERCOSUL:1994-2005.

Resultado de Investigação finalizada

GT12- globalização, integração regional e sub-regional

Luciana Aparecida Bastos

Resumo

O objetivo deste trabalho é realizar uma breve apresentação do desempenho comercial do Mercosul de 1994 até o ano de 2005, no intuito de observar como alguns indicadores comerciais e macroeconômicos das economias-membros se comportaram frente à turbulenta década de 1990, marcada por transformações no cenário político e econômico internacional e pelas crises mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), estendendo-se até 2005. As metodologias utilizadas foram a revisão bibliográfica e a estatística descritiva. Os resultados demonstraram que o mercado intra-regional do Mercosul foi de fundamental importância para Argentina, Paraguai e Uruguai, enquanto o Brasil pôde ser visto como o maior importador do bloco e como a economia que menos apresentou saldos comerciais positivos intra-bloco no período analisado.

Palavras-chave: Mercosul, desempenho comercial, desempenho macroeconômico.

Corpo do artigo

1- A Formação do Mercosul

O intuito deste trabalho, como tese de doutoramento, foi avaliar a evolução comercial das economias-membro iniciais do Mercosul, a saber: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, no âmbito da integração sub-regional do bloco, visando detectar os ganhos e perdas comerciais que as mesmas auferiram dentro deste processo. Neste artigo, buscaremos resumir seus resultados.

É sabido que a partir do surgimento do Mercado Comum Europeu (1950), têm sido buscadas distintas formas para concretizar uma integração econômica na América Latina. Data de 1960 a criação do primeiro projeto de Integração Latino-Americano: A ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

A ALALC, amparada pelo Tratado de Montevideu de 1960 (TM-60), era composta por: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Seu principal objetivo era a criação de um grande Mercado econômico regional, através da ampliação dos mercados de seus membros, a exemplo do Mercado Comum Europeu.

Todavia, a ALALC não atingiu ao seu objetivo, devido às instabilidades políticas de seus países-membros, às assimetrias econômicas dos países integrados e à falta de uma autoridade supranacional que coordenasse o processo de integração, na busca do cumprimento das metas estabelecidas. Desta forma, em 1980, a ALALC foi substituída pela ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), amparada pelo Tratado de Montevideu de 1980 (TM-80).

Os objetivos principais da ALADI eram os mesmos da ALALC, a saber: promover o comércio intra-regional no mercado ampliado, fomentar e regulamentar o comércio recíproco de seus membros mediante acordos bilaterais e estabelecer, de forma gradual, um Mercado Comum latino-americano.

Porém, diferente da ALALC, a ALADI previa, pelo próprio TM-80, que grupos menores de países da região pudessem se unir para desenvolver projetos comuns de crescimento e desenvolvimento econômico mútuo, promoção do aumento do volume de comércio inter-membros e reduções tarifárias traçadas em

conjunto pelos países-membros: Era a conformação da integração sub-regional.

O Mercosul surgiu nesse contexto, através de uma aproximação entre Brasil e Argentina, em 1986, pelos então presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina.

Em 1986, foi firmada a Ata para a Integração argentino-brasileira, que instituiu o Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE, cujo objetivo era criar um espaço econômico comum, com abertura seletiva dos mercados argentino e brasileiro e estimulando a complementação econômica de setores específicos de ambos os países.

Os resultados dessa aproximação levaram os dois países, no ano de 1988, a celebrar o Tratado de Interação, Cooperação e Desenvolvimento, no qual os países expressaram o desejo de construir um Mercado Econômico Comum.

Em 1990, os presidentes da Argentina e do Brasil, Carlos Menem e Fernando Collor de Melo, assinaram a Ata de Buenos Aires, fixando a data exata para a formação definitiva de um Mercado Comum entre Argentina e Brasil, em 31 de dezembro de 1994, fruto dos reflexos do capitalismo globalizado frente ao sucesso da União Européia.

Em 26 de março de 1991, Uruguai e Paraguai também aderiram ao processo, através da assinatura do Tratado de Assunção.

Ademais, o Mercosul nasceu em meio a um ambiente de profunda mudança do Sistema Internacional, tais como: o fim da Guerra Fria e da bipolaridade, o crescimento do comércio mundial, a interdependência mundial pelo fluxo de comércio e os avanços integracionistas da União Européia.

Nesse contexto, a vitória dos governos de direita neoliberal nos quatro países integrantes do bloco, a saber: Menem (na Argentina), Collor (no Brasil), Lacalle (no Uruguai) e Andrés Rodríguez (no Paraguai), propuseram, através do Tratado de Assunção (1991), a abertura de suas respectivas economias.

O objetivo dos quatro membros era estabelecer um Mercado Comum em âmbito sub-regional, com livre circulação de fatores produtivos, estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum -TEC-, uma política comercial comum e a convergência de suas políticas macroeconômicas.

Porém, as assimetrias socioeconômicas em que se encontravam os países-membros, dificultavam a coordenação das políticas econômicas que, aliadas à vulnerabilidade externa das economias-membro, oriunda das estratégias neoliberais de financiamento, ocasionou aos mesmos um grande endividamento externo.

Ademais, a integração do Mercosul deu-se de forma bastante distinta da integração européia, a qual tomou como exemplo, pois a Europa tratou, antes, de superar as rivalidades históricas entre os países-membros, para, depois, começar a trabalhar em conjunto, em prol de auferir benefícios mútuos para os países envolvidos no processo de integração.

Já no Mercosul, assim como em toda a América Latina de acordo com Rivas (2002), ainda imperavam os nacionalismos entre os países-membros, sendo, os mesmos, o principal motivo dos problemas integracionistas da região. Tais nacionalismos não permitiam que os países integrados lutassem por interesses comuns, embora possuíssem problemas estruturais e conjunturais semelhantes.

O Mercosul, assim como os demais projetos integracionistas antecedentes na América Latina, vislumbrava a integração como a poção mágica que solucionaria todos os problemas de seus membros. Após o acordo inicial, haveria a integração e, no decorrer de suas etapas de desenvolvimento, a solução dos problemas e conflitos inerentes às economias-membro, ao contrário do que fez a União Européia. Porém, a discrepância sócio-econômica entre os países-membros seria um obstáculo muito grande a ser transposto para que o Mercosul avançasse rumo ao almejado mercado comum que vislumbrava alcançar.

Observe-se a tabela a seguir, onde se apresentam alguns indicadores sócio-econômicos dos primeiros países membros do Mercosul, antes da formação do bloco, em 1989.

TABELA 01
INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO MERCOSUL (1989).

Indicador	Unidade	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
PIB	Milhões US\$	77.759	286.525	5.087	6.850	376.221
EXPORTAÇÃO	Milhões US\$	8.972	32.874	1.098	1.404	44.348
IMPORTAÇÃO	Milhões US\$	4.906	14.688	1.029	1.112	27.735
RESERVAS INTERNACIONAIS	Milhões US\$	5.155	9.140	336	1.603	16.234
PNB per capita	Milhões US\$	2.390	2.020	990	2.190	ND
CRESC.POPULACIONAL	% 1986- 1990	1,2	1,8	2,9	0,6	ND
DÍVIDA EXTERNA	Milhões US\$	59.000	113.300	2.002	6.330	180.632

Fonte: CEPAL, 1989 (Adaptação)

Observe-se nitidamente pela tabela 01, as diferenças socioeconômicas marcantes que compunham os países-membros idealizadores do Mercosul, antes de sua formação (1989), onde o Brasil destacou-se como o país de maior PIB, maior exportador e importador do bloco e como o país detentor de maiores reservas internacionais e da maior dívida externa.

No que tange ao PNB per capita, o destaque foi para a Argentina, contendo o maior PNB per capita do bloco.

O país de maior crescimento populacional, a saber, o Paraguai, também constituía-se no país mais pobre do bloco.

Segundo autores como Alves (2002) e Baumann & Mussi (2006), o que guiou o desempenho econômico dos países do Mercosul durante a década de 80, foi a escassez de capital, conseqüências do choque do petróleo de 1979 e do aumento das taxas de juros, que dificultaram a possibilidade de obtenção de novos empréstimos e rolagem da dívida externa dos países-membro. Tal quadro adverso levou os Estados-membros a adotarem políticas de ajustamento recessivas, as quais afetaram profundamente a estrutura produtiva e o bem-estar social do futuro bloco.

Ademais, na década de 1980 o poder aquisitivo das famílias e dos governos dos futuros membros do Mercosul, endividados externamente, foi reduzido, afetando as condições de vida das populações e enfraquecendo o mercado interno dos futuros membros do bloco.

A solução encontrada pelos países que idealizavam o Mercosul foi gerar divisas através das exportações, procurando reduzir drasticamente as importações, visando, através desta medida, cobrir os juros da dívida.

Porém, isso ocasionou uma séria crise fiscal devido aos menores impostos arrecadados com as exportações, quando comparados com os impostos que se arrecadam com as importações, transformando essa crise em uma crise Estatal.

A crise dos anos 80 demonstrou a forte dependência dos futuros membros do Mercosul em relação ao exterior, uma vez que, durante a mesma, Organismos Internacionais passaram a propor planos de estabilização para os mesmos, demonstrando o atrelamento do bloco aos interesses estrangeiros.

Ademais, com o cenário dos países do Mercosul sob forte influência dos organismos internacionais e sendo instados a abrirem-se cada vez mais ao capital estrangeiro, pois a nova ordem econômica mundial assim

o exigia, os Estados-parte passaram a buscar projetos de estabilização mais radicais do que os seus sistemas protecionistas, e aderiram ao sistema de economia de mercado, abrindo suas economias, sobretudo a partir da década de 1990.

Desta forma, observou-se que o Mercosul nasceu em um ambiente onde já imperava a interdependência nos fluxos comerciais. Os avanços exitosos da União Européia, também serviam como exemplo de como promover o crescimento e o desenvolvimento econômico através da integração, no mundo globalizado. Assim, a abertura das economias da América Latina e, especial, das economias membros do Mercosul, embora brusca, foi a única solução encontrada no momento (ou a mais fácil) para solucionar a estagnação econômica que abraçou tais países na década de 1980.

O Mercosul surgia, então, em 1994, com o principal objetivo de intensificar o comércio sub-regional para lograr uma recuperação rápida da crise que abalou os países-membro na década de 80.

2. Os êxitos econômicos e comerciais do Mercosul no período que se estende de 1994 à 2005.

De acordo com Montoya (2002) os resultados da dinâmica econômica do Mercosul, na década de 1990, mostrou-se diferenciada da dinâmica do comércio internacional, uma vez que, no Mercosul, entre 1990 e 1995, enquanto as exportações extra-regionais dos países cresceram apenas 33% (passaram de US\$46,5 bilhões para US\$62 bilhões), as exportações intra-regionais atingiram 251,2%, ou seja, passaram de US\$4,1 bilhões para US\$14,4 bilhões. Tais números demonstraram que a participação relativa das exportações intra-regionais sobre o total exportado pelos países-membros, passou, durante o período considerado, de 9% para 21%, deixando claro, assim, que a integração foi conduzida de forma harmoniosa e que houve benefícios para os países integrados, de maneira geral, desde o início do processo.

Os êxitos econômicos do Mercosul, expressados pelo aumento dos fluxos comerciais do bloco, dos investimentos e empreendimentos intra-regionais no início do acordo e do investimento direto estrangeiro, levaram Chile e Bolívia a se interessar em realizar acordos de complementação com o bloco. Assim, em 25 de junho de 1996, Chile e Bolívia foram aceitos como os mais novos membros do Mercosul.

Para comprovar esses êxitos, observe-se, a priori, os empreendimentos conjuntos entre Brasil e Argentina por setor, no início da formação do bloco.

TABELA 2

Empreendimentos conjuntos argentino-brasileiros, por setor, de 1994 até agosto de 1995.

SETOR	NÚMERO	SETOR	NÚMERO
Alimentos e Bebidas	31	Material Elétrico	6
Automotriz	11	Metalurgia	4
Autopeças	20	Móveis	1
Bancos	29	Petroquímica	4
Calçados	4	Plásticos	5
Construção	10	Publicidade	8
Courrier	3	Imprensa e Comunicações	9
Eletrodomésticos	6	Químicos	11
Eletrônica	4	Seguros	7
Fertilizantes	1	Serviços Empresariais	4
Franchising	11	Serviços Gerais	2
Energia e Combustíveis	7	Siderurgia	4
Informática	10	Telecomunicações	16
Máquinas Agrícolas	10	Têxtil	6
Maquinaria e Equipamento	8	Vidros	1
Material de Construção	5	TOTAL	258

FONTE: Nobile (2004), p.34.

Observe-se que no Mercosul foi criado um ambiente propício à iniciativa empresarial, acelerando o alargamento dos circuitos de produção e cooperação intra-regional. A tabela mostra que em apenas 1 (um) ano e meio, de 1994 a agosto de 1995, bem no início da criação do Mercosul, já houve vários empreendimentos conjuntos entre Argentina e Brasil, com destaque para os setores de alimentos e bebidas, bancos e autopeças.

Tal processo de integração do Mercosul paralelamente favoreceu os investimentos diretos estrangeiros na região. De acordo com as estatísticas da CEPAL (2002), após a década de 1990 passa a haver um acentuado incremento de IDE- Investimento Direto Estrangeiro- na América Latina, com destaque para Argentina, Brasil e México. Dentre os maiores receptores desses investimentos, estão os idealizadores do Mercosul: Argentina e Brasil. Isso ocorreu devido ao baixo custo de mão-de-obra nesses países, ao conjunto de políticas públicas de incentivo ao IDE, amparadas pela política de regionalismo aberto, e ao grande mercado doméstico desses países, sobretudo do Brasil.

Ainda, a década de 1990 na América Latina, marcada pela interdependência econômica e a extrema mobilidade de capitais no mundo globalizado, foi propícia aos investidores internacionais. Freedman (1999)

A globalização e a integração econômica deu acesso aos investidores internacionais aos mais distintos mercados, permitindo que os mesmos retirassem e depositassem seus capitais onde melhor lhes aprouvesse. Porém, essas movimentações, em sentido mais drástico culminaram por gerar crises de cunho especulativo.

3- Os reflexos da conjuntura internacional da década de 1990, marcadas por crises, nas economias-membros do Mercosul.

As crises mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), nesse sentido, repercutiram sobremaneira no desempenho macroeconômico e comercial do Mercosul no início de sua formação, que ocorreu concomitante ao advento da crise mexicana, em 1994.

Dados extraídos da *World Trade Organization- WTO* (2004), demonstraram que, no que se refere especificamente ao contexto das crises econômicas internacionais ocorridas durante a década de 1990 e seus reflexos sobre o Mercosul, a Crise Mexicana, ocorrida em 1994, criou uma conjuntura interna no México de grande instabilidade, comprometendo a economia do país e resultando em grande fuga de capitais estrangeiros de seu mercado financeiro. Esta crise levou o México a acordar sua participação no NAFTA- *North American Free Trade Association*, firmando parceria de integração com Canadá e Estados Unidos ainda em 1994, objetivando facilitar a recuperação da atividade econômica do país, mediante a cooperação destes países.

Segundo Ginesta (1999), “ (...) no Mercosul, devido a tal crise, entre 1990 e 1997 o total das exportações dos países-membros cresceu 77%, percentual muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações” (p.38). Isso ocorreu porque, nessa década como um todo, caracterizou-se um forte ajuste importador nas economias periféricas, numa tentativa de implementar programas de estabilização com âncoras cambiais e políticas de abertura externa.

Nesse momento, no Mercosul, foi concebida a TEC - Tarifa Externa Comum e o Programa de Liberalização Comercial, visando incentivar a competitividade externa dos países integrados. Nesse escopo, aumentaram-se tanto as exportações quanto as importações nesse período, embora as importações tenham crescido mais que as exportações devido às medidas de ajuste das economias-membro, necessárias para que as mesmas se ajustassem ao processo de abertura econômica.

Esse quadro de crescimento tanto das exportações quanto das importações do Mercosul, culminou por reforçar que houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para Liberalização Comercial no bloco, já que o comércio intra-bloco aumentou de US\$ 24,00 bilhões, em 1994, para US\$ 42,00 bilhões, em 1997. Amaral (2007)

A Crise Asiática, outro episódio internacional sobremodo importante que ocorreu no ano de 1997, trouxe, por sua vez, os seguintes reflexos ao desempenho comercial do Mercosul: uma redução da corrente de

comércio tanto intra quanto extra-bloco. A única exceção foi para o comércio de bens intra-bloco, pelo lado das importações do Mercosul, que permaneceu inalterado de 1997 para 1998. WTO (2004)

Porém, em termos gerais, observou-se uma redução da corrente de comércio do Mercosul, tanto intra-bloco quanto extra-bloco entre 1997 e 1998. WTO (2004)

A Crise Russa ecoando de forma marcante no mercado financeiro russo em meados do ano de 1998, também provocou uma queda no volume de comércio tanto intra quanto extra-bloco até 1999. A ocorrência dessas três grandes crises de repercussão internacional ainda provocou uma fuga de capital estrangeiro do Brasil, que, em 1998, era de USD 31.913 bilhões, reduzindo-se para USD 28.576 bilhões, em 1999. Bastos (2009)

Essa fuga de capital estrangeiro do Brasil deixou evidente a necessidade do país modificar a condução de sua política econômica, cortando gastos, aumentando a receita e colocando o mercado externo produtos com maior competitividade. Essa fuga ocorreu porque os investidores temiam que economias em desenvolvimento viessem, também, a apresentar dificuldades de pagamento externo.

Frente a tal Crise, ainda, observou-se que o comércio mundial de bens, pelo lado das importações, foi maior do que pelo lado das exportações. Já em relação ao Mercosul, o comércio de bens pelo lado das importações foi maior do que pelo lado das exportações até o ano 2000. De 2001 a 2005 a tendência se inverteu, e o comércio de bens do Mercosul passou a ser maior pelo lado das exportações, do que pelo lado das importações. WTO (2004)

Para driblar tal cenário internacional adverso, internamente, em 1999, o Brasil desvalorizou sua moeda o “real”, assim que passou a se ver com as reservas reduzidas, fruto da redução do crédito internacional e da redução dos preços internacionais das commodities, agravados pela crise russa, impossibilitado-o de manter a paridade de 1 real (R\$)=1 dólar (USD).

Essa desvalorização, para o país, facilitou suas exportações e gerou mais divisas. Porém, para seus vizinhos, parceiros do Mercosul, a mesma significou o início de uma grande crise financeira e comercial, pois, os produtos brasileiros, com preços reduzidos, e gozando das reduções tarifárias entre os países-membros, invadiram os mercados domésticos desses países. Isso gerou uma concorrência desleal que implicou em queda da produtividade das empresas dos países vizinhos, culminando em demissões de funcionários e abertura de concordatas pelas empresas, levando os demais membros do bloco a uma grave desaceleração econômica.

Devido à desvalorização do real, a Argentina iniciou um processo de proteção a seu mercado doméstico a uma gama significativa de produtos brasileiros, contrariando os próprios preceitos de Liberalização Comercial do Tratado de Assunção (1991) e do Protocolo de Ouro preto (1994). O Uruguai, por sua vez, sentindo os efeitos da desvalorização do real, bem como da crise argentina que sobreveio devido a essa mesma desvalorização, entrou em profunda recessão no ano de 2002, apresentando uma redução no seu PIB em torno de 11% e uma inflação anual de 25,9% em 2002, face a uma inflação anual de apenas 3,6%, em 2001. Neves (2007)

A desvalorização do real, em 1999, foi a forma que o Brasil encontrou de estabilizar a economia que viu-se com as reservas reduzidas, fruto da redução do crédito internacional e da redução dos preços internacionais das commodities agravados pela crise russa, impossibilitado-o de manter a paridade de 1 real=1 dólar. Essa atitude tomada pelo Brasil trouxe para cada economia-membro do Mercosul visões conflitantes a respeito de como seria realizada a coordenação de políticas macroeconômicas no Mercosul, uma vez que os resultados dos programas de estabilização do Brasil impactaram profundamente os outros dois membros, Argentina, Paraguai e Uruguai, fomentando, nos mesmos, novos programas de ajuste macroeconômicos internos.

Essa desvalorização, para o Brasil, facilitaria suas exportações e geraria mais divisas. Porém, para seus vizinhos, parceiros do Mercosul, a mesma significaria o início de uma grande crise financeira e comercial, pois, os produtos brasileiros, com preços reduzidos, e gozando das reduções tarifárias entre os países-membros, invadiriam os mercados domésticos desses países. Isso geraria uma concorrência desleal que implicaria em queda da produtividade das empresas dos países vizinhos, culminando em demissões de

funcionários e abertura de concordatas pelas empresas, levando os demais membros do bloco a uma grave desaceleração econômica.

Desta forma, uma séria crise de confiança se instituiu no Mercosul, comprometendo a própria continuidade da integração do bloco. Devido a desvalorização do real, o Uruguai passou a pensar em estabelecer um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, demonstrando um certo “cansaço” por parte dos uruguaios com um bloco que, para eles, parecia não se importar com os “pequenos”.

Esse acordo não foi realizado. Porém, os impactos que a desvalorização do real provocou nos demais países-membros do Mercosul levou os mesmos, no final do ano 2000, a retomarem a discussão sobre a necessidade da convergência macroeconômica entre eles, buscando evitar que crises como estas, oriundas de medidas tomadas por um dos membros, visando sua estabilidade macroeconômica individual, afetasse negativamente os demais membros.

Foi, então, assinada uma declaração entre os quatro membros, por seus respectivos presidentes, no ano 2000, onde foram estabelecidas metas para inflação anual máxima de 5% para os anos de 2002 a 2005 nas economias-membro. Foi dada ênfase, ainda, à situação fiscal, onde foi determinado que a dívida pública das economias-membro não deveria ultrapassar 40% do PIB a partir de 2010. Baumann & Mussi (2006)

De acordo com grande parte dos estudiosos da integração do Mercosul, tais como Bumann & Mussi (2006), Neves (2007), Amaral (2007), dentre outros, o ponto-chave desses desencontros foi que os países do Mercosul iniciaram o processo de integração apresentando diferenças estruturais expressivas e, além disso, cada país encontrou seu próprio caminho para resolver seus problemas conjunturais e estruturais, de forma não negociada com os demais, e quase nunca compatível com o propósito de promover uma convergência macroeconômica entre as quatro economias.

Isso pode ser verificado, parcialmente, pela tabela a seguir, que mostra a importância do comércio intra-Mercosul para as economias-membros iniciais.

TABELA 3
Importância do comércio intra-Mercosul para as economias-membro (% das exportações totais) 1990 e 2004.

País	1990	2004
Argentina	14,8	19,9
Brasil	4,2	9,4
Paraguai	27,4	32,9
Uruguai	35,1	26,5

Fonte: CEPAL, In: Baumann & Mussi (2006) – adaptação.

Observe-se como mesmo antes da formação do Mercosul, o comércio intra-bloco já era bem mais importante para os sócios menores (Paraguai e Uruguai) do que para os sócios maiores (Argentina e Brasil).

Observemos, ainda, o ano de 2004, de forma específica, onde o comércio intra-Mercosul se situou entre 9% e 20% das exportações totais do Brasil e Argentina (aproximadamente), enquanto para o Paraguai e o Uruguai, o Mercosul absorveu entre um quarto e uma terça parte do valor exportado por eles (aproximadamente).

Estevardeorval (2002) In Ilha (2003) observou em suas análises o importante papel que as importações brasileiras tiveram no desempenho comercial argentino, uma vez que, as exportações da Argentina para o mundo não ultrapassaram 186,7% no período que vai de 1990-2001, enquanto que para o Brasil, essas exportações atingiram um índice de 573,8% até o final de 1998. Isso significou um total aproximado de US\$ 1,4 bilhões em 1990 para US\$ 8,0 bilhões, em 1998, pós- integração ao Mercosul.

De acordo com Estevardeorval (2002) In Ilha (2003) a mesma tendência observa-se para o Brasil em relação à Argentina, porém, em proporções menores.

Em 1990, o índice de dependência das exportações da Argentina em relação ao Brasil era de 11,3% do total das exportações da Argentina e, em 1998, o mercado brasileiro passa a representar 30,4% das exportações da Argentina.

No mesmo período, o índice de dependência das exportações brasileiras em relação ao mercado Argentino era de 2% em 1990, passando para 13,2% em 1998. Enquanto a Argentina elevou seu índice de dependência das exportações para o mercado brasileiro em 19% entre 1990 e 1998, o Brasil elevou seu índice de dependência das exportações para o mercado argentino em 11%, no mesmo período. Estevardeorval (2002) In Ilha (2003).

No que tange aos saldos comerciais de cada economia-membro inicial do Mercosul, intra-boco: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tem-se os seguintes resultados, de acordo com Bastos (2009).

No que tange aos saldos comerciais intra-Mercosul do Paraguai, observou-se que o mesmo apresentou saldos comerciais negativos em relação a todos os demais parceiros do bloco, de 1994-2005, deixando claro que é um país totalmente importador dentro do bloco. Porém, as reduções tarifárias oriundas do Mercosul, bem como a liberalização comercial cooperaram para que o comércio do Paraguai com o Mercosul fosse expandido nesse período, sendo o comércio intra-regional, a partir da formação do bloco, mais importante para o Paraguai. Ademais, em 1990 o Mercosul absorvia 27,4% das exportações do Paraguai, enquanto, em 2004, pós- integração de fato, o bloco passou a absorver 32,9% dessas importações. Bastos (2009)

Em relação ao comércio do Uruguai com os demais parceiros do MERCOSUL, de 1994 a 2005, observou-se que, em relação à Argentina, os saldos comerciais do Uruguai foram totalmente deficitários em todo o período de análise, salientando que o Uruguai tem se mostrado um típico importador argentino.

Em relação ao Brasil, os saldos comerciais do Uruguai apresentaram-se deficitários apenas no período entre 1999-2001, período que compreendeu a desvalorização do real e a crise financeira argentina.

Todavia, de acordo com Neves (2007), entre 1990 e 1998, as exportações uruguaias para o Mercosul cresceram a uma taxa de 12% ao ano, após a formação do bloco, enquanto suas importações cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano, o que demonstra que o Mercosul elevou sobremaneira sua importância como importador de produtos uruguaios, já desde os primeiros anos de sua formação.

Em relação ao Paraguai, o Uruguai apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Analisando os saldos comerciais da Argentina em Relação aos demais membros do Mercosul, de 1995-2005, as conclusões foram as seguintes:

Em relação ao Paraguai e ao Uruguai, a Argentina apresentou saldos comerciais positivos em todo o período de análise.

Em relação ao Brasil, a tendência continua a mesma: a Argentina, da mesma forma que para o Paraguai e o Uruguai, apresentou saldos comerciais positivos em relação ao Brasil, durante todo o período de análise (com exceção para o ano de 2004).

Desta forma, observando os saldos comerciais positivos da Argentina em relação ao Brasil, de 1995-2005, verificou-se que aquela situação catastrófica que a Argentina lograva atravessar, de uma “enxurrada de produtos brasileiros invadindo o país”, fruto da política brasileira de desvalorização do real, não se confirmou em âmbito das trocas comerciais.

Ademais, de acordo com Bastos (2009) a onda de protecionismo argentino às importações do Brasil não se baseou no “boom” dessas importações rumo ao mercado argentino, mas, sim, das dificuldades macroeconômicas derivadas de seu sistema cambial atrelado ao dólar (*currency board*) que impedia que o país utilizasse o câmbio fixo como instrumento de estímulo à atividade econômica. A Argentina, por conta da desvalorização do real, feriu os próprios preceitos da liberalização comercial amparados pelo Tratado de Assunção (1991) e alegou responsabilidade ao Brasil de um total descontentamento dos países-membros ao projeto de integração do Mercosul, nesse período.

Por fim, analisando os saldos comerciais do Brasil em relação aos demais parceiros do Mercosul, no

período de 1995-2005, concluiu-se o seguinte:

O Brasil apresentou saldos positivos em todo o período no bloco, somente em relação ao Paraguai.

Em relação ao Uruguai, os saldos positivos para o Brasil deram-se apenas após o ano da desvalorização do real (1999), estendendo-se até o ano de 2001 (ano que deflagrou a crise financeira argentina), mostrando a importância que as políticas brasileiras possuem para a modificação das tendências comerciais dos parceiros intra-bloco.

No que tange à Argentina, o Brasil apresentou saldos negativos durante todo o período, inclusive nos anos que se seguiram a tão comentada, criticada e conturbada desvalorização do real.

4- Conclusões

A despeito das crises internacionais que marcaram a década de 1990, entre 1990 e 1997 o total das exportações dos países-membros do Mercosul cresceu 77%, embora em percentual muito inferior ao crescimento de 233% do total das importações. O comércio intra-Mercosul aumentou de US\$ 24,00 bilhões, em 1994, para US\$ 42,00 bilhões, em 1997, período em que se desenrolava a crise Mexicana (1994) culminando por reforçar que mesmo em um ambiente de crise internacional houve sucesso no que se refere ao cronograma previsto para Liberalização Comercial no bloco.

A crise Asiática (1997) e a crise Russa (1998), trouxeram os seguintes reflexos ao desempenho comercial do Mercosul: uma redução da corrente de comércio tanto intra quanto extra-bloco, bem como certa fuga de capital estrangeiro, sobretudo do Brasil. Assim, observa-se que, no escopo dessas crises, o comércio intra-regional do Mercosul foi essencial para alguns países-membros. Em 1990, o comércio intra-regional do Mercosul absorvia 27,4% das exportações totais do Paraguai, enquanto, em 2004, passou a absorver 32,9% dessas exportações.

Entre 1990 e 1998, as exportações uruguaias para o Mercosul cresceram a uma taxa de 12% ao ano, após a formação do bloco, enquanto suas importações cresceram a uma taxa de apenas 1,3% ao ano, o que demonstra que o Mercosul elevou sobremaneira sua importância como importador de produtos uruguaios, já desde a formação do bloco.

A Argentina, por sua vez, apresentou saldos comerciais positivos em relação a todos os países-membros do Mercosul durante o período de análise, exceto no ano de 2004, em relação ao Brasil, o que demonstra que a desvalorização do real não foi o motivo real do protecionismo em relação aos produtos brasileiros em 1999, como alegado pelo país na época.

No que se refere ao Brasil, as análises demonstraram que o mesmo é o principal importador das economias-membro do bloco e é, ainda, a economia que menos apresentou saldos comerciais positivos no comércio intra-bloco, carecendo, ainda, de ter que policiar suas políticas econômicas para evitar crises de credibilidade ao projeto de integração do Mercosul, mesmo que tais políticas o mantenham com saldos comerciais negativos em relação aos demais parceiros, no comércio intra-mercossul.

5- Referências Bibliográficas

- Alves, J.S (2002). Mercosul: Características estruturais de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC.
- Amaral, S. M. C (2007). A dinâmica das relações do Mercosul à luz dos instrumentos de política comercial. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de Brasília, Brasília-DF, BR.
- Bastos, L.A (2009). Avaliação do desempenho comercial do Mercosul:1994-2005. São Paulo, SP: Biblioteca 24x7.
- Baumann, R., Mussi, C. (2006). Mercosul: Então e Agora. Informe LC/BRS/R.159.CEPAL, SP, BR: Escritório no Brasil.

Desarrollo Reciente de los procesos de integración en América Latina y el Caribe (1994). (Informe da CEPAL, LC/R, 1.381) Santiago de Chile, Chile.

Estevardeorval, A. (2002). Traditional Market Access Issues In Rtas: Na unfinished agenda in the Americas. Washington, D. C. In Ilha, A. (2003). As políticas comerciais do Brasil e seus reflexos no comércio com a Argentina. REPPIL@, v.1, n.1. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Freedman, L.O (1999). O Lexus e a Oliveira: Entendendo a Globalização. São Paulo, SP: Objetiva.

Ginesta, J (1999). El Mercosur y su Contexto Regional e Internacional: Una introducción. Rio Grande do Sul, RS: Ed.da UFRS

La inversión extranjera en América Latina y el Caribe (2002). (Informe da CEPAL, LC/R, 1.381) Santiago de Chile, Chile.

Montoya. M. A. (2002). O agronegócio no Mercosul: Dimensão Econômica, Desenvolvimento Industrial e Interdependência Estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Informe UFP-RS, RBE, Rio de Janeiro, Brasil.

Neves, L. H. (2007, novembro). As relações entre o Uruguai e o Mercosul em três momentos: 1991-Tratado de Assunção, 1999-Crise Econômica, e 2006 - Aprofundar Mercosul ou TLC com os EUA. I Simpósio em Relações Internacionais.

Nobile, R. O. (2004). Os Investimentos Diretos Intra-Regionais no Mercosul. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade de São Paulo, São Paulo, BR.

Rivas, A. Â.(2002), Integración y Gobernabilidad en América Latina: ¿Una conciliación imposible? Año 6, n. 11, San Cristóbal Edo,Táchira, Venezuela, VE.

www.wto.org (dados extraídos em 2004).